

## Resumo

Nosso artigo deseja provocar uma reflexão estratégica sobre o tema do papel social da educação escolar entre nós, a percepção sobre o sentido e a experiência das juventudes, e a relação entre educação e cidadania no Brasil. Para tanto, trabalharemos com alguns conceitos que nos permitem pensar nos conflitos e desafios que vêm colocando em processo de revisão e avaliação a concepção tradicional de socialização. Nesse trajeto, refletiremos sobre a ideia de ‘crise escolar’ avançando para a compreensão de educação como construção coletiva de todos os atores e espaços que compõem a rotina escolar: famílias, vizinhança, instituições religiosas, amigos, espaços coletivos, universo digital, estruturas de proteção e acompanhamento e o processo de vulnerabilidade social, econômica e política presente nesses contextos. Esses cenários complexos, dinâmicos e desafiadores nos convocam a voltar nosso cuidado como cidadãos para a centralidade da educação para o futuro da democracia brasileira.

**Palavras-chave :** juventude, escola, ensino médio, família, democracia

## Introdução

O título deste artigo é evidentemente ambicioso, mas tem a vantagem de provocar uma reflexão estratégica sobre um tema central para o futuro da democracia brasileira. Não pretendemos de modo algum esgotá-lo neste trabalho, mas apenas iluminar seus contornos, complexidade e potencialidade para pensarmos uma série de questões que articulam o debate acadêmico e o domínio das políticas públicas.

Para iniciar nossa reflexão, propomos decompor cada um dos aspectos contidos no título do artigo, indagando sobre o lugar e o papel social da educação escolar entre nós, a percepção sobre o sentido e a experiência das juventudes; e por fim, a relação entre educação e cidadania no Brasil. Com base nesse exercício analítico, torna-se possível iluminar a complexidade e o alcance do tema em questão.

A aproximação a esta questão não pode ser feita sem um repertório mínimo de conceitos que nos permitem pensar uma escola atravessada por conflitos e desafios que colocam em xeque a concepção tradicional de socialização. De fato, não se ganha muito em compreensão se insistimos no uso do conceito socialização, cuja formulação clássica remete a Durkheim

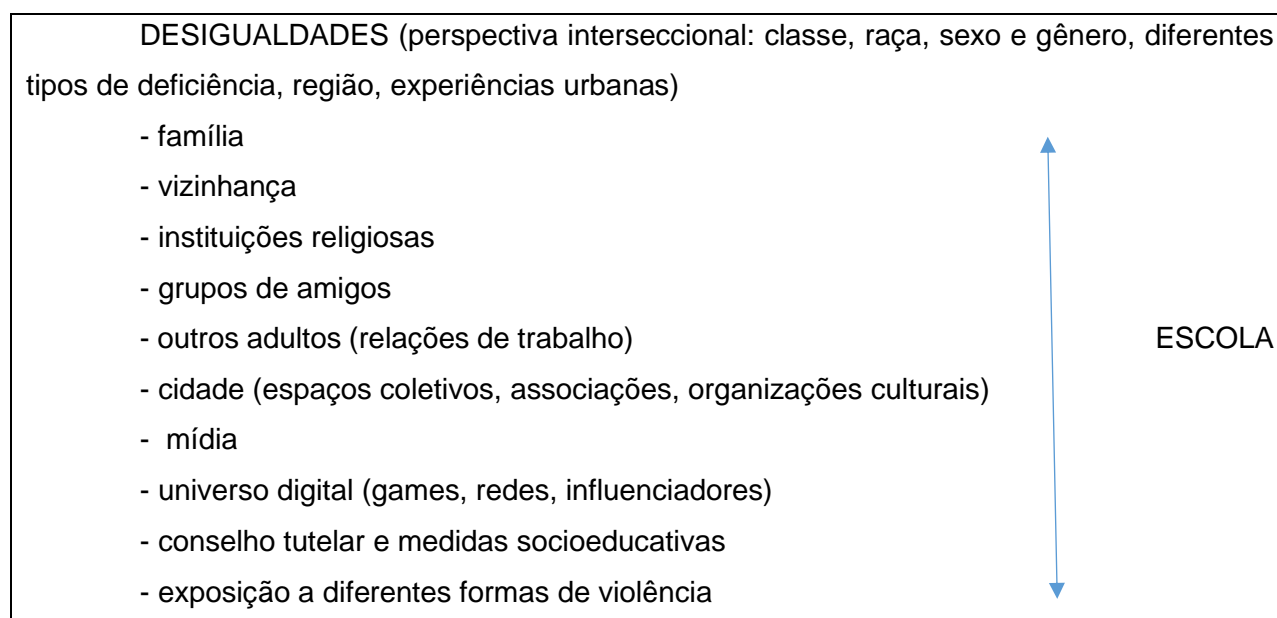
<sup>1</sup> Este artigo é baseado no argumento construído para a minha participação na XIII Semana de Cultura Religiosa da PUC-Rio, realizada em setembro de 2022. Aproveito para agradecer ao Departamento de Teologia desta universidade pelo convite e oportunidade de desenvolver esta reflexão.

<sup>2</sup> Professor do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio.

(2011), mas que acabou fortemente influenciada pela teoria funcionalista de Parsons (1966). Melhor nos parece caminhar junto com as marcações conceituais de Touraine (2003), quando fala do processo de dessocialização e desinstitucionalização, o que o leva a propor o que chama de “escola do sujeito”, baseada na comunicação e não na socialização. Na mesma toada, encontramos eco em François Dubet (1994), quando questiona a ideia de “crise escolar” para explicar os desafios que caracterizariam o ambiente das escolas contemporâneas, optando, ao contrário, pela noção de experiência e de conflito, propiciando uma compreensão da escola que considere o ponto de vista do estudante e dos demais atores que compõem a rotina escolar. Outrossim, convergimos com a noção de educabilidade, tal como formulada por Néstor López (2005), que nos permite pontuar a relação da escola com seu aluno e família, por meio de uma perspectiva relacional, que impõe que se considere os aspectos que dizem respeito ao público escolar, tais como classe, raça, gênero e local de moradia<sup>3</sup>.

A partir dessa delimitação teórica e conceitual, apresentamos a seguir uma tentativa de quadro síntese, articulando a escola e os diferentes atores e espaços que participam do trabalho educacional em meio às diferentes dinâmicas de desigualdade que caracterizam a realidade brasileira. Sem pretender ser exaustivo, o quadro apresenta uma lista dos diferentes atores que de algum modo interferem na educação das novas gerações, tendo na escola um ponto de ancoragem. A relação entre esses atores e a escola é permeada pelos diferentes efeitos associados às desigualdades. Por exemplo, a relação da família com a escola é atravessada por efeitos relacionados a questões de raça, gênero, lugar de moradia etc.

#### QUADRO SÍNTESE: ESCOLA, EDUCAÇÃO E DESIGUALDADES



<sup>3</sup> Para uma síntese desse debate, ver Burgos (2020)

A linha geral do argumento deste texto é a de que apesar de todas as dificuldades, o avanço na escolarização das crianças e jovens brasileiros aponta para uma transformação profunda nas relações sociais entre indivíduos, grupos, classes e gerações, implicando também em um cenário de novos conflitos políticos, que não por acaso têm suscitado reações conservadoras que colocam a educação escolar no centro de uma guerra ideológica.

### **Breves considerações sobre a afirmação da centralidade da escola no Brasil**

Considero importante lembrar que só muito tardiamente o Brasil começou a investir de modo consistente na educação escolar pública. O país atravessa a primeira república, até 1930, com índices sofríveis de escolarização: apenas 5% da população tinha o primário completo; 1% o ensino médio; e 0,3% ensino superior. O país chega a 1960, com mais de 40% de sua população analfabeta; no Nordeste, esse percentual chega a 60%. Isso significa que o Brasil constrói uma república baseada no princípio da escola para poucos, e que chega à condição de potência industrial com uma parcela significativa de sua população analfabeta e/ou muito pouco escolarizada.

Sabemos que essa ausência de escola é parte fundamental do tipo de controle social que a elite branca e de passado escravocrata irá exercer no país, mas não podemos aprofundar aqui essa questão. O que nos importa agora é ressaltar que até 1988 não podemos falar de um projeto realmente estruturado de investimento na educação básica. De fato, somente depois da Constituição Cidadã, bem como do Estatuto da Criança e Adolescente (1990), a escola e o direito à educação escolar passam a fazer parte da rotina de quase todas as crianças e adolescentes. É perturbador pensar que somente em meados dos anos de 1990, mais de um século após o fim da escravidão, o país alcança a universalização do acesso à escola primária.

Uma escolarização tão tardia em meio a uma sociedade que experimenta um acelerado processo de urbanização e uma intensa modernização da economia e das relações de trabalho, é sem dúvida uma espécie de passivo com o qual o país e sua democracia ainda terão que lidar por muito tempo. De todo modo, pode-se afirmar que há cerca de 30 anos todas as famílias brasileiras, ainda que de modo desigual, vêm afirmando a escola como parte fundamental de sua rotina e de seu projeto de vida. Ao lado disso, mais recentemente, a partir dos anos de 2000, a ampliação dos mecanismos de acesso ao ensino superior, entre os quais as cotas são os instrumentos mais conhecidos, permitiu uma primeira onda de democratização do ensino superior. Essa configuração também incentivou parte das famílias populares a investirem energia e poupança no projeto de uma escolarização de longo prazo de seus filhos, de no mínimo 16 anos, do 1º ano primário ao título superior.

Mas se devemos saudar o ainda recente avanço no acesso à escola, é preciso considerar que ele mal esconde pelo menos dois tipos de desigualdade preocupantes. O primeiro tipo tem a ver com o direito à aprendizagem escolar. Como se sabe, entrar na escola não é sinônimo de efetivamente se escolarizar. Dados do censo escolar de 2019 indicam que, entre os

estudantes do 5º ano, cerca de 40% não alcançavam aprendizagem adequada em língua portuguesa; em matemática esse percentual sobe para 50%. No 9º ano, esses percentuais sobem para cerca de 60% em língua portuguesa e 75% em matemática. Isso indica que a escola alcança de forma muito desigual seus alunos, e que isso se reflete em maiores taxas de reprovação e de evasão.

Mas é o segundo tipo de desigualdade que aqui nos interessa mais de perto, pois ele diz respeito mais diretamente aos jovens. Se é verdade que no ensino fundamental o país consegue alcançar a quase totalidade das crianças e adolescentes, no ensino médio isso ainda não aconteceu. Houve sim uma evolução importante, pois ao final da década de 2000, mais da metade dos jovens brasileiros entre 15 a 17 anos chegavam ao ensino médio. Essa ampliação permitiu que uma parte dos jovens pobres começasse a alcançar essa etapa de ensino, introduzindo ao mesmo tempo novas formas de desigualdade, ao demarcar uma nova fronteira entre jovens igualmente pobres, vale dizer entre aqueles que concluem o ensino médio e aqueles que não chegam a ele ou o abandonam. Além disso, a expansão do ensino médio tornou bem mais complexa suas escolas, aprofundando os problemas associados ao direito à aprendizagem. Dados de 2019, indicam que ao final do EM, mais de 60% não apresentavam aproveitamento adequado em língua portuguesa, em matemática esse percentual chega a quase 90%. Por outro lado, as taxas de conclusão de 2019 não deixam dúvida de como o aproveitamento no EM é desigual: 93% entre os 25% mais ricos concluem o EM, contra apenas 59% entre os 25% mais pobres

Mesmo com essas limitações e com esse efeitos que fazem com que a escola de EM se torne uma máquina de produção de “vencedores” e “vencidos”, para lembrar oportuna imagem de Dubet (2008), a chegada dos jovens pobres ao ensino médio em mais larga escala já foi capaz de produzir pelo menos dois fenômenos importantes: o primeiro tem a ver com a possibilidade inédita em nossa história de permitir que uma parte dos meninos e meninas pobres entre 15 e 19 anos possam fruir a juventude como um momento especial de sua trajetória individual. Não custa lembrar que é basicamente a partir do tempo-espço da escola que esses indivíduos passam a ter direito à juventude. Para quem não chega à escola de EM, a juventude é abreviada. Não que muitos dos estudantes de EM não trabalhem, mas o fato é que para que aqueles que conseguem concluir ainda jovem sua escolarização, essa condição permite um tipo de fruição da juventude inacessível aos que abandonam o projeto escolar.

O segundo fenômeno, que é o desdobramento do primeiro, tem a ver com a pressão que essa parcela da juventude pobre e escolarizada passa a exercer em diferentes esferas da vida pública do país, na reivindicação por vaga no ensino superior, mas também em face das outras juventudes que até então monopolizavam essa condição juvenil.

O fato é que podemos dizer que a partir dos 2000, gradualmente, ganha corpo e voz um sujeito novo na vida brasileira, que é o jovem pobre e escolarizado. Isso ficaria evidente quando as jovens em geral se mobilizam em 2013 na defesa de um conjunto de direitos, mas ganha

nitidez com o movimento das ocupações das escolas, entre 2015 e 2016. Em nada menos que 20 estados, além do Distrito Federal, estudantes secundaristas se mobilizaram por meio de uma estratégia até certo ponto inusitada, mas já experimentada no Chile, acampando no prédio de suas escolas, e obrigando suas direções e mesmo as secretarias estaduais a negociarem sua retirada. Seus pleitos, basicamente, giravam em torno de maior transparência da gestão escolar, mais qualidade nas aulas, melhores refeições e melhores instalações<sup>4</sup>.

O movimento das ocupações pode ser considerado um marco na história da educação brasileira, porque apresentou ao país esse novo protagonista na sua cena pública: o estudante pobre secundarista. Sua simples presença produz muitos deslocamentos, entre os quais podemos destacar o deslocamento da existência de um só tipo de jovem escolarizado; bem como o deslocamento da concepção que tende a identificar o jovem pobre como problema, associado à delinquência, marginalidade etc. Agora, mais do que nunca, precisamos falar de juventude no plural. Não menos importante é o deslocamento do monopólio dos profissionais da escola enquanto porta-vozes exclusivos da escola pública. Com as ocupações, fica evidente que os jovens pobres estão dispostos a lutar pela escola e a disputar a escola.

É difícil subestimar o potencial desse novo sujeito na vida de um país que durante boa parte de sua história republicana recusou a oportunidade de uma escolarização mais longa para grande parte de suas novas gerações. Nesse sentido, o movimento das ocupações pode ser tomado como apenas um momento, ainda embrionário, de exteriorização do potencial político da juventude pobre e escolarizada para disputar por direitos políticos, sociais e culturais, em uma palavra, para exercer sua cidadania.

Por isso mesmo a chegada desse novo sujeito à vida pública brasileira representa uma ameaça a uma configuração de poder intrinsecamente associada a formas de reprodução social que vinham tendo na escola uma espécie de fiadora<sup>5</sup>. Esse sentimento difuso de ameaça não demorou a se materializar em iniciativas que, em seu conjunto, parecem orientadas para tentar impedir que esse novo sujeito da vida brasileira realize toda a sua potencialidade disruptiva. De modo mais específico, falamos aqui da reforma do Ensino Médio, por meio da lei que ficou conhecida como a “lei do novo ensino médio”; e de três iniciativas reacionárias que colocam a escola no centro de uma guerra ideológica e cultural, a saber: 1- o movimento “escola sem partido”; 2 – as escolas cívico-militares; 3 – e a *homeschooling*. Em tempo: embora independam da eleição de Jair Bolsonaro (outubro de 2018), é inegável que essas três frentes ganharam renovado impulso com sua chegada ao governo. É impossível tratar de cada uma dessas frentes reacionárias neste artigo, o mesmo se aplicando à reforma do EM. O que, sim, importa é salientar que cada uma dessas iniciativas pode ser lida como uma reação aos riscos inerentes ao fortalecimento da cidadania proporcionada pela ampliação da juventude pobre escolarizada.

<sup>4</sup> Sobre o assunto, ver o trabalho de Camasmie (2018)

<sup>5</sup> Esse papel da escola como instância sistêmica de separação e reprodução das posições entre grupos sociais ajuda a compreender a grande ressonância que a obra de Pierre Bourdieu alcança no Brasil, a começar por aquela que é sua obra mais completa sobre o assunto, escrita em parceria com Passeron (1992).

O “escola sem partido” surge sob o pretexto de questionar a suposta doutrinação política realizada pelas escolas públicas. Sem rodeios, a iniciativa procura criar constrangimentos à liberdade de cátedra do professor, transformando-o em suspeito de difundir ideologia de esquerda e o que o movimento chama de “ideologia de gênero”, em alusão à valorização do direito à diversidade de identificação sexual dos alunos<sup>6</sup>.

As escolas cívico-militares, dirigida por militares e sob regramentos especiais, começam a ganhar força em alguns estados um pouco antes da eleição de Bolsonaro, mas se ampliam sob seu governo. Mesmo que não cheguem a representar 1% do total de matrículas, sua presença é perturbadora, por pretender funcionar como uma espécie de cidadela dos valores que articulam pátria, família e costumes conservadores.

Por fim, o *homeschooling* também é um pleito anterior ao governo Bolsonaro, e sua história está, inicialmente, associada a reivindicações de minorias religiosas, que postulam o direito de não levar seu filho para a escola, oferecendo-lhe, alternativamente, uma educação escolar em casa. Esse pleito chegou a ser julgado e indeferido pelo STF, que entendeu que ele feria o direito da criança. Mais recentemente, contudo, e com apoio do MEC, foi aprovada a lei que reconhece e regulamenta o *homeschooling*. Caso não seja derrubada pelo STF, a lei abrirá um perigoso flanco no caráter universalista do direito à educação, não apenas como um direito da criança em face do poder dos pais, mas também como uma obrigação das famílias perante o objetivo de se construir uma sociedade inclusiva e fundada em uma cultura comum.

Apesar de suas diferenças, é possível argumentar que só aparentemente essas três iniciativas têm em comum o ataque à autonomia da escola e seus profissionais. No fundo, e esse é o meu argumento, elas pretendem reagir ao potencial insurgente de uma juventude pobre e escolarizada. Nesse sentido, uma escola liberal nos costumes, aberta ao debate crítico e à reflexão questionadora, e que apesar de frágil consegue reforçar seus vínculos com a luta por igualdade e equidade, aparece como uma ameaça a grupos que não parecem dispostos a conviver com uma juventude mais diversa e questionadora, e mais preparada para disputar ideias, imaginação, posições sociais, espaços da cidade e votos.

Por fim, cabe fazer algum comentário sobre a reforma do ensino médio, que tem como baliza a Lei nº 13.415/2017. Sua história remete a 2013 quando, no contexto da intensa mobilização da sociedade, e da juventude em especial, começa uma discussão no congresso em torno de um projeto de lei voltado para a reforma do ensino médio. Naquele momento, a tônica da reforma era a valorização da autonomia do estudante, que poderia potencializar sua cidadania. A ideia básica era a de que um novo ensino médio tornaria a escola mais interessante para o estudante, impactando com isso também o aproveitamento escolar e reduzindo a evasão. No entanto, com o *impeachment* de Dilma Rousseff, menos de um mês depois de assumir a presidência, em setembro de 2016, Temer edita em forma de Medida Provisória a reforma do

---

<sup>6</sup> Sobre o assunto, ver Frigotto (2017).



ensino médio, sob o pretexto de que era necessária uma reforma urgente do EM, em função dos medíocres resultados do IDEB. Em pouco tempo, a MP se converte em lei.

O fato da MP ter sido aprovada em um governo com baixa legitimidade, sem debate com a sociedade, e muito especialmente sem escutar os estudantes, indica que essa reforma no mínimo introduz uma contradição adicional na questão do ensino médio no país. Pois ela mira no que entende ser uma flexibilização do EM, facultando ao estudante uma suposta liberdade de escolha. No entanto, faz isso sem considerar a voz do estudante, indo de encontro ao espírito do movimento das ocupações realizado pelos estudantes.

Com a chegada do novo Governo Lula (a partir de janeiro de 2023), é possível esperar que as três iniciativas reacionárias percam força, e certamente perderão apoio do governo federal. Quanto à reforma do EM, a tendência é a de que sofra mudanças, pois ainda que possa conter algumas virtudes, acabou se configurando como um experimento tecnocrático, de difícil implementação e certamente com baixa sintonia com as reais aspirações, preocupações e necessidades dos estudantes.

Mas mesmo nesse cenário político mais favorável, a pergunta que fica é se a sociedade brasileira já está preparada para ouvir a voz do jovem pobre e escolarizado. Afinal, o que ele tem para dizer contém enorme força transformadora. Mas sua voz é certamente a mais importante fiadora da democracia brasileira.

### Referências Bibliográficas:

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude (1992). *A reprodução*. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

BURGOS, Marcelo Baumann (2020) - *A dupla hermenêutica da sociologia da educação: a educação das novas gerações e a organização escolar*. Revista Lua Nova (110) • May-Aug 2020.

CAMASMIE, Mariana Junqueira. (2018). *O movimento de ocupação das escolas e as novas formas de fruição da juventude escolarizada nas classes populares do Brasil*. Dissertação de Mestrado. PPGCS/Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

DUBET, François (1994) – *Sociologia da Experiência*. Lisboa: Instituto Piaget.

\_\_\_\_\_ (2008) - *O que é uma escola justa?* São Paulo: Editora Cortez. DURKHEIM, Emile (1968) – *Educação e Sociologia*. Petrópolis, Editora Vozes, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio (2017) - *Escola “sem” partido : esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira* / organizador Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro : UERJ, LPP.

LOPEZ, Néstor (2005) – *Equidad Educativa Y Desigualdad Social. Desafíos a la educación en el nuevo escenario latinoamericano*. Buenos Aires: IIPE – UNESCO.

PARSONS, Talcott (1966) – “O conceito de sistema social”; “os componentes do sistema social”; “Papel e sistema social”. In?: Fernando H. Cardoso e E. E. Lian (orgs), *Homem e Sociedade*. Companhia Editora Nacional, São Paulo.

TOURAINÉ, Alain (2003). *Poderemos Viver Juntos? Iguais e Diferentes*. Petrópolis: Vozes, 2ª edição.

PALAVRAS-CHAVE: juventude, escola, ensino médio, família, democracia

QUESTÕES:

Quais consequências culturais e políticas devemos esperar de uma maior escolarização de jovens das classes populares?

Quais os principais desafios para as escolas de ensino médio da afirmação do novo sujeito de que trata o texto?